

O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITARIOS DOS ACOLHIDOS INSTITUCIONALMENTE.

Márcia Barbosa de Sousa.
Gilberto Ferreira da Silva (Or.)

RESUMO

Este artigo resulta da experiência de estágio em Serviço Social realizado em uma Instituição de Acolhimento para crianças e adolescentes, na cidade de Uruará-Pará. Como apoio teórico utilizamos Cardoso (2017), Iamamoto (2003, p.27), Cavalcante e Couto (2019). Neste trabalho analisa-se a atuação do assistente social em práticas de acolhimento institucional a fim de estimular o fortalecimento dos vínculos familiares. Estudo de abordagem qualitativa, exercitando metodologicamente as contribuições da etnografia onde foram explorados, através do registro cuidadoso e descritivo, dois casos de crianças em situação de vulnerabilidade social. A análise se deu a partir da interpretação desde a releitura dos casos, onde destacou-se elementos que ganharam maior evidência. Conclui-se, que o assistente social desempenha um papel crucial, no trabalho junto às famílias, procurando por garantir um ambiente acolhedor, protetivo, saudável que favoreça a formação de sua identidade e a sua constituição como sujeito e cidadão.

Palavras-chave: Fortalecimento de Vínculos, Questão Social, Atuação do Assistente Social.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos acolhidos institucionalmente, experiência vivenciada no estágio I e II do curso de Serviço Social, realizado em uma instituição de Acolhimento Casa

de Passagem, para crianças e adolescentes localizada na cidade de Uruará- PA, é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social. Percebe-se que a questão social afeta a vida dos familiares dos acolhidos, apresenta-se através das diferentes expressões, como fome, desemprego, violência, drogas, abandonos, maus tratos de crianças e adolescentes entre outros. Esses fatores contribuem para o acolhimento de crianças e adolescentes.

Nesse cenário, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, e uma medida protetiva aplicada pelo Estado que busca abrigar e acolher esses infantes em casos de ameaças ou violação dos seus direitos. É sobre este aspecto que o assistente social atuará, na garantia dos direitos, fortalecimento de vínculo para garantir um ambiente acolhedor e protetivo. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer à criança e ao adolescente condições para um desenvolvimento saudável que favoreça a formação de sua identidade e constituição como sujeito e cidadão.

O objetivo primordial deste artigo, pretende-se analisar a atuação do assistente social em práticas de acolhimento institucional a fim de estimular o fortalecimento dos vínculos familiares. Como metodologia lançou-se mão das contribuições da etnografia, explorando através do registro cuidadoso e descritivo de dois casos de crianças em situação de vulnerabilidade social. A análise se deu a partir da releitura dos dois casos, destacando elementos que ganharam maior visibilidade. Analisar a questão social, fortalecimento de vínculos e a atuação do assistente social no acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Com isso, compreender a atuação do assistente social frente as demandas que ocorrem na instituição, essencialmente entre acolhidos, familiares e assistente social.

O primeiro momento apresenta-se alguns elementos do campo metodológico, procurando por situar como o trabalho foi realizado. No segundo, apresentam-se os conceitos e discussão teórica que orientam as análises que contribuem para a produção da análise de dados. Na sequência realiza-se a análise e discussão dos dados e, finalmente, em formato de síntese se pontuam as conclusões.

2. METODOLOGIA

Este estudo se dá no Município de Uruará, estado do Pará. A população da cidade de Uruará (PA) chegou a 43.558 pessoas no Censo de 2022. Os resultados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Uruará é um município brasileiro do estado do Pará, pertencente à mesorregião do Sudoeste Paraense e microrregião de Altamira. Teve origem num povoado surgido nos anos 70, em seguida foi elevado à categoria de distrito pertencente ao município de Prainha, em 1984. Em 1989 obteve a autonomia municipal.

Na década de 2000 o município passa por mudanças devido as migrações, em especial de pessoas oriundas do Nordeste e Sudeste brasileiro. Sendo notório a expansão de novos bairros periféricos, acarretando no aumento da insegurança. O município possui uma população estimada de 43 558 mil habitantes, distribuídos em 10 791 km² de extensão territorial.

Fig. 1: Cidade de Uruará no estado do Pará.



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/uruara.html>.

O presente estudo é resultado das experiências vivenciadas durante o Estágio Obrigatório Supervisionado em Serviço Social, no período de março de 2023 até dezembro de 2023, totalizando de 450h. O local escolhido foi uma Instituição Casa de Passagem, em Uruará/Pará foi implantado pela prefeitura Municipal de Uruará, através da Secretaria de Assistência Social, em parceria com o Governo Municipal, em 2011 sob a gestão da secretária de Assistência Social Denise Rodrigues Brandão Pimenta, situado na goiás nº s/n, centro, localizado em área alugada, com atendimento das 08:00h as 18:00, hoje encontra-se em terreno próprio. Tem por objetivo de ofertar acolhimento, orientação e apoio especializado à crianças, adolescentes e famílias com direitos violados.

Fig. 2: Instituição de acolhimento



Fonte: imagem cedida pela coordenadora da instituição.

Durante o estágio, observou-se, que a secretaria municipal de assistência social (SEMAS) é que fica responsável pela administração da casa de passagem de apenas uma unidade no município. A equipe de trabalho da Casa de Passagem de Uruará é composta por uma Coordenadora e Assistente Social, Psicóloga, Advogada, Motorista, 03 cuidadoras e 02 vigilantes noturno. Os recursos materiais disponíveis são: um carro, um computador de mesa com uma xerocadora na sala da assistente social, copa com materiais básicos, conta com uma sala de recepção, 2 dormitórios uma sala para atendimento da psicóloga, uma sala dividida para atendimento da assistente social e atendimento da advogada. Os recursos financeiros utilizados compreendem 100% (cem por cento) custeados pelo governo municipal, com o pagamento dos profissionais para o desenvolvimento de suas atividades e fornecimento de alimentos, materiais de limpeza, combustível, energia, internet entre outros.

Ao decorrer da vivência, identificou-se as demandas da questão social expressões presentes na vida dos usuários ali atendidos. São usuários desse serviço, as famílias e indivíduos que possuem direitos violados, conseqüentemente são aqueles que passam por ocorrência de violência física, psicológica, negligencia, violência sexual e abuso sexual, situação de rua, vivencia de trabalho infantil e

afastamento do convívio familiar devidos negligencia cometida pelos responsáveis dos infantes entre outros, encontra-se 13 menores acolhidos por alguma negligencia acima citado.

A metodologia da pesquisa assume características de viés etnográfico por compreender que a etnografia possibilita, através da observação, vivência e registros cuidadoso uma maior aproximação ao universo cultural, social e complexo com que se movem os participantes deste processo de desempenho do exercício profissional do assistente social. Assim, distinguimos nosso processo metodológico de pesquisa em duas fases.

Primeira fase: refere-se ao acompanhamento de um profissional em exercício, onde o registro cuidadoso das intervenções com dois grupos familiares distintos permitiu acompanhar e vivenciar, durante o estágio, elementos que anunciam a prática profissional neste campo. Portanto, o registro etnográfico constitui-se, para esta pesquisa, o primeiro movimento de construção das análises preliminares. No entanto, os estudos etnográficos caracterizam-se, primeiramente, pelo envolvimento do pesquisador no ambiente natural da pesquisa, exigindo uma observação e uma interpretação holística dos dados coletados, ou seja, no âmbito da totalidade das ações humanas. Moreira e Caleffe (2006) concebem que a pesquisa etnográfica, a exemplo das demais metodologias de pesquisa, segue algumas etapas ou procedimentos que facilitam o andamento da investigação como: formular uma questão relevante a ser pesquisada, saber identificar um grupo para estudar a questão, introduzir a proposta de pesquisa ao grupo para a obtenção do consentimento e do envolvimento. Observou-se atrás de anotações do diário de campo e relatórios de estagio algumas entrevista e história de vida, conforme citada a baixo:

Segunda fase: compreende a evidência que a observação permite destacar, extraíndo da ação profissional do Assistente social em exercício, a estratégia de uso de entrevista compreendida, como instrumento mediador no processo do conhecimento, possibilita que o assistente social se aproxime da realidade de sua demanda, superando a aparência dos fenômenos e adquirindo maiores possibilidades interventivas diante das expressões da questão social.

Cabe enfatizar que não é possível supor uma dinâmica única para a realização da entrevista no campo profissional do Serviço Social, dado que o trabalho do assistente social encontra-se sujeito às relações que o circunscreve. A realidade social – campo de intervenção profissional – encontra-se em permanente movimento. Daí a importância de “ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo, para situá-lo no contexto das relações sociais mais amplas, que o condicionam e lhe atribuem características particulares” (YAZBEK, 2006, p.13). Com isso, o profissional de serviço social utilizara instrumentos que leve ao resultado esperado.

A entrevista, além de ser um instrumento de uso cotidiano para muitos profissionais, é imprescindível aos que lidam diretamente com os usuários. Sua importância está em permitir aos assistentes sociais o conhecimento da realidade, “sob a ótica da história de vida de alguém que deseja e necessita viver condições melhores, mais dignas, e que as informações e recursos não estão disponíveis para um acesso autônomo” (CARDOSO, 2008, p. 34).

3. Refletindo sobre alguns conceitos basilares da pesquisa

3. 1. Fortalecimento de Vínculos Familiares

Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários, todos os esforços deverão ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer à criança e ao adolescente condições para um desenvolvimento saudável que favoreça a formação de sua identidade e constituição como sujeito e cidadão.

Independentemente do motivo para o acolhimento institucional, criança e adolescente deve voltar ao seio familiar sempre que possível, por essa razão, a família deve ser atendida e preparada para o retorno do acolhido (Brasil, 2009b). Assim, procura-se solucionar o problema que ocasionou o acolhimento para que a

família se reestruture para poder receber o infante, evitando ocorrências que deem origem a novo acolhimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que o objetivo dos serviços de acolhimento deve ser a preservação e o fortalecimento dos vínculos afetivos familiares.

Segundo o Art. 92 do ECA, os programas de acolhimento familiar ou institucional devem preservar vínculos familiares e promover a reintegração familiar, e a integração em família substituta deve ocorrer somente quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa.

Diante disto, a casa de passagem da cidade de Uruará-PA, acolhi crianças e adolescentes por meio de medida protetiva e de forma temporária até a reintegração dos infantes a família ou seu encaminhamento a família substituta.

No entanto, o assistente social fortalece os vínculos familiares, buscando sempre o retorno da criança ou do adolescente ao convívio familiar de origem, após ter trabalhado a família no ambiente seguro e saudável, a experiência sendo positiva favorecera a retomada do convívio familiar.

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Incluído pela lei nº 12.010, de 2009)

Com isso, destaca-se a importância do convívio familiar e comunitária, direito de ter um familiar seja ela natural, extensa ou substituta.

De acordo com Brasil 2016, A importância de preservar os vínculos familiares e comunitários, no início da vida, o ser humano passa por diversas mudanças e é de extrema importância à influência das relações sócio afetivas, principalmente a interação com seus familiares, incluídos pais, irmãos, avós, tios, primos. Amigos e vizinhos, que tem frequente contato com a criança ou adolescente, estendem-se ao papel de cuidadores. Os vínculos familiares estão restritos ao contexto de “parentalidade” que são atividades designadas aos pais para garantir a proteção

integral, criando um ambiente acolhedor e estimular a criança a desenvolver sua autonomia.

Esses vínculos são preservados durante a permanência na instituição, promovendo-se encontros com as famílias e amigos, pessoas da comunidade que são próximas da criança e do adolescente. Tal condição se aplica para contribuir com a formação da identidade e socialização da criança e do adolescente (BRASIL, 2009).

3.2 Acolhimento institucional: Questão Social.

O surgimento da questão social está atrelado à contradição entre capital e trabalho, como consequência do domínio do modo capitalista de produção, “quando desvenda as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, assim como aponta a centralidade da luta pelos direitos da maioria da população, ou como os homens resistem à subalternização e à dominação política e econômica” (Carvalho; lamamoto, 1983, p. 77). Com isso, compreende-se que a questão social diz respeito à conscientização e à luta da classe trabalhadora por direitos relativos à exploração de seu trabalho, visto que a burguesia concentra mais capital enquanto o proletariado trabalha por salários insuficientes, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver.

A questão social é muitas vezes vista como um objeto do serviço social. O conceito de questão social está relacionado com o sistema capitalista de produção, ou seja, a forma como a riqueza em uma sociedade é produzida e repartida. A questão social não é vista, apenas vemos suas expressões: o desemprego, fome, violência física e sexual, drogadição, negligencia, abandono e pobreza entre outros. Assim, o capitalismo dá origem a muitas desigualdades sociais, uma área vital de intervenção do Serviço Social. Segundo lamamoto (2003, p.27), a questão social é o:

[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto apropriação dos seus frutos mantem-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 27).

Desta forma, foi observado a ruptura de vínculos familiares que existe na instituição de acolhimento. Pois expressões da questão social está presente na família das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, em sua maioria em situação de pobreza, negligência, drogadição, desemprego, abandono, maltrato, violência física, psicológica e exploração sexual. Destaco a citação abaixo.

E as consequências da apropriação desigual do produto social são as mais diversas: analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, analfabetismo político etc.; criando “profissões” que são frutos da miséria produzida pelo capital: catadores de papel; limpadores de vidro em semáforos; “avião” – vendedores de drogas; minhoqueiros – vendedores de minhocas para pescadores; jovens faroleiros – entregam propagandas nos semáforos; crianças provedoras da casa – cuidando de carros ou pedindo esmolas, as crianças mantém uma irrisória renda familiar; pessoas que “alugam” bebês para pedir esmolas; sacoleiros – vivem da venda de mercadorias contrabandeadas; vendedores ambulantes de frutas etc. Além de criar uma imensa massa populacional que frequenta igrejas, as mais diversas, na tentativa de sair da miserabilidade em que se encontram (MACHADO, 1999, p. 43, on-line.).

Diante disto, na instituição de acolhimento de crianças e adolescentes da cidade de Uruará-PA, possui uma equipe de apoio capacitada para realizar atendimentos diários, conforme as demandas que acontecem dentro da instituição. Equipe essa composta por Assistente Social, Psicólogo, advogada e uma coordenadora.

3.3 A atuação do Assistente Social no Acolhimento Institucional.

Segundo Cavalcante e Couto (2019), o papel do assistente social nas instituições de acolhimento é de suma importância, por garantir a proteção e o acesso a direitos sociais ora violados, prezando sempre pelo vínculo familiar, pois, o intuito desse serviço não é tirar a criança ou o adolescente de sua família-base, mas, acompanhá-la quando em situação de vulnerabilidade, de modo que o afastamento ocorra somente em caso de risco à integridade física ou psicológica do menor. Compreender-se, que assistente social faça uma boa intervenção, garantindo um possível retorno ao convívio familiar.

Assim, a atuação do Assistente Social é crucial nas intervenções, preservando os vínculos, garantindo um possível retorno ao convívio familiar. No entanto, quando se trata de atuação profissional em serviço de acolhimento, além dos marcos que direcionam a profissão, é imprescindível um conhecimento mais amplo, que abranja as Políticas que tratam da infância e adolescência, como ECA, PNAS, SUAS, Orientações Técnica para Acolhimento Institucional, PNCFC, que versa o Plano Nacional do Direito a Convivência Familiar e Comunitária, dentre outros. Geralmente quando as/os acolhidas/os adentram na instituição, as/os profissionais, iniciam um trabalho, abrangendo, a busca por documentos pessoais, articulação com a educação, saúde, serviços socioassistenciais, acompanhamento a família de origem, confecção de relatórios, visitas, entrevistas. E em várias situações, realizam mais atribuições da instituição, ou seja, atribuições que não são específicas, privativas do Serviço Social, embora se tenha clareza da realização destas. Segundo o CFESS, são atividades do Serviço Social,

Visitas domiciliares; elaboração de relatórios; pareceres e laudos sociais; perícias; encaminhamento e serviços; atividades comunitárias para aquisição de bens e direitos; informações sobre direitos e serviços; estudos socioeconômicos; supervisão de estágio; elaboração de projetos; plantões sociais; atendimento às emergências; acompanhamento institucional; atendimento individual; contato com recursos comunitários; treinamento; assessoria; realização de palestras educativas; pesquisa; coordenação e controle de benefícios; triagem socioeconômica; educação de grupos e indivíduos (gestantes, crianças, jovens, idosos).(CFESS, 2012, p.28).

Nesse sentido, as Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento Institucional, mostra algumas atividades desenvolvidas pela Equipe Técnica do serviço, os de Serviço Social e de Psicologia, entende-se que as orientações destacam as atribuições devem considerar e respeitar as prerrogativas de cada profissão, conforme abaixo citado.

[...] Articulação com a rede de serviços e Sistema de Garantia de Direitos; Preparação e acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar; Acompanhamento das crianças e adolescentes; Organização das informações de cada caso atendido, na forma de prontuário individual; Encaminhamento e discussão / planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios, com frequência bimestral ou semestral,

sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção. (BRASIL, 2009, p.84)

Entretanto, os profissionais realizam uma mediação entre acolhidos, famílias, instituição e Estado, o que também se promoverá discussão com autoridade para possibilitar a reintegração familiar. Compreende-se que o profissional assistente social tem um papel crucial no processo de assegurar que os indivíduos tenham direitos, principalmente em situação de vulnerabilidade na sociedade; segundo (CORRÊA; MAGALHÃES, 2017, p. 3) O assistente social.

O assistente social é o profissional que, dentre suas atribuições profissionais, instrumentaliza as políticas sociais locais, portanto necessita estar academicamente preparado para tal. A formação profissional relaciona as dimensões teórico-metodológica, ético-política e a técnico-operativa, dimensões estas que não devem ser vistas de forma dissociada, pois tratam-se das dimensões da competência profissional. Assim, Assistentes Sociais devem ser preparados na academia para atuar em prol de uma sociedade justa e igualitária, garantindo a proteção social ao cidadão, através de sua intervenção social por intermédio das políticas sociais locais (Corrêa; Magalhães, 2017, p. 3).

Com isso, o profissional assistente social atua em prol das questões sociais, assim garantindo proteção social, a população em situação de vulnerabilidade. “O assistente social é o profissional que, dentre suas atribuições profissionais, instrumentaliza as políticas sociais locais, portanto necessita estar academicamente preparado para tal” (CORRÊA; MAGALHÃES, 2017, p. 3).

No entanto, o trabalho do assistente social, é visível em diferentes áreas da sociedade, atuando em prol das questões social e nas demandas de vulnerabilidade dos indivíduos, buscando assegurar que seus direitos sejam garantidos.

Segundo a discussão proposta por Barros e Santos (2017) o profissional assistente social precisa buscar conhecer a realidade do sujeito com o qual está lidando, para que atue em prol das necessidades vulneráveis que apresenta, buscando ajudá-lo. Para isso, é preciso estar atento a legislação, promover rodas

de conversa, buscar articular redes, incluir os sujeitos em políticas públicas, construir sugestões criativas e efetivação com a realidade.

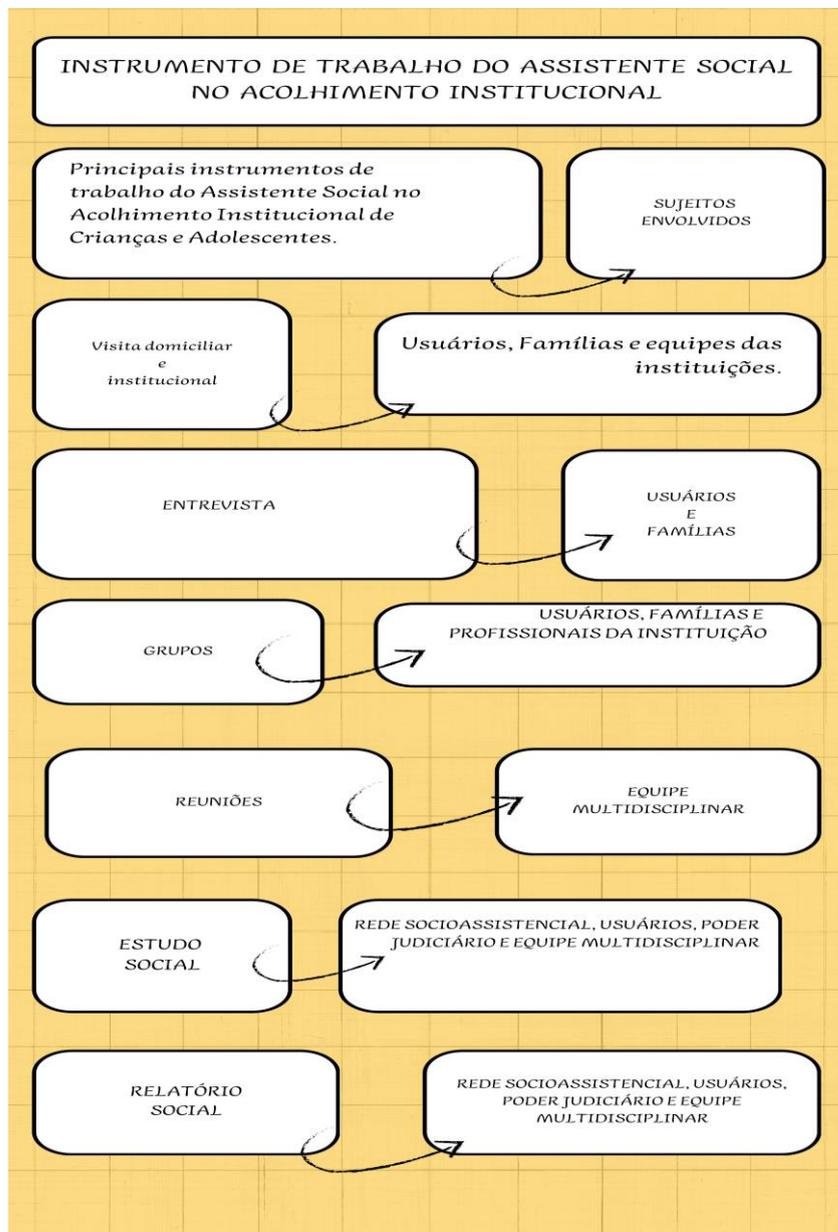
Diante da importância da atuação do profissional assistente social, compreende que a questão social este presente na vida dos familiares dos acolhidos institucionalmente.

A atuação do assistente social na instituição de acolhimento de crianças e adolescentes e de suma importância que se tenha ética, técnica, instrumentos e conhecimento sobre política social.

De acordo com Cardoso (2017), na instituição de acolhimento o assistente social pode realizar encaminhamentos conforme as demandas identificadas, além de entrevistas, visitas domiciliares, relatórios, orientações grupais e familiares, estudos de caso entre os técnicos da instituição e da rede etc.

Veja o infográfico com os instrumentos utilizados no trabalho do assistente social no acolhimento institucional.

Fig. 3: Instrumentos técnico-operativo



Fonte: Ebook: UNIVERSIDADE La Salle. **Processo de Trabalho em Serviço Social da Universidade**. 1. ed. Canoas, 2020.

Desta forma, compreende-se que o profissional assistente social deve ter competência e se responsável pela escolha de instrumentos a ser utilizado nas intervenções. Entretanto, ressaltamos que o manuseio dos instrumentos exige habilidades técnico-operativas que vão para além do domínio dos procedimentos

corretos como, por exemplo, realizar uma entrevista, reunião, estudo social, relatório social entre outros.

4: RESULTADO E ANÁLISE DOS RELATOS ETNOGRÁFICOS

Assim como foi mencionado no início do trabalho, ele se deu a partir de experiência do estágio curricular em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, com isso, foi possível observar e acompanhar a vivência dos menores e os comportamentos dos mais próximos nas visitas semanais que são proporcionadas com o intuito de fortalecer os vínculos familiares.

4.1 Apresentação dos casos

Caso 1°:

No dia 21/03/2023, acompanhei a assistente social da instituição de acolhimento, Assistente Social do CREAS, Psicóloga e a Advogada CREAS, em uma visita domiciliar a qual o conselho tutela informa que precisava com urgência de uma intervenção em uma residência do conjunto habitacional minha casa minha vida, no bairro do Aeroporto, pois havia 4 menores em situação de risco social.

Ao chegamos na residência informada fomos recebidos pelos menores, a Assistente Social perguntou por sua mãe, Maria e a criança respondeu que ainda estava dormindo isso era por volta de 11 horas de manhã, então os menores foram acordados ficamos esperando no portão da residência, em seguida Maria olhou pela janela que estava quebrada, e a Assistente Social perguntou se Ela podia nos receber para um breve conversa, então Maria respondeu que podíamos entrar pelo fundo pois a porta da frente estava com defeito, então demos a volta por trás da casa, quando olhamos pela porta do fundo da residência não tinha porta somente um pano, então entramos, não tenho nem palavras para descrever o que presenciei naquele momento, um lugar desumano, inapropriado para qualquer pessoa, pois nem animal merecia um lugar daquele, pois não tinha nada na casa, nem água para beber, o que tinha era 2 colchões bem velho jogado ao chão, 1 na sala outro no quarto, e algumas roupinhas encima do colchão, muito lixo espalhado, fiquei observando a Assistente Social que pergunta a Maria se ela queria mudar de vida, pois estávamos ali para ajudar da melhor forma possível, ela respondeu que sim, mais que só não conseguia, então Assistente Social disse me conta o que está acontecendo, olha a tua situação mulher, olha para seus filhos como estão sofrendo, e isso que você quer para seus filhos? Maria, começou a relatar que é usuária de drogas ilícitas e que não conseguiu parar e que tinha consumido na noite por isso estava dormindo, dava para perceber que ela ainda estava dopada.

Após o relato de Maria, a Assistente Social propôs a ela o seguinte: Diz, então vamos fazer assim, vamos levar as crianças para o acolhimento, e você está muito fraca levaremos você para o hospital para se hidratar e recuperar a sua saúde, após alta médica levaremos você para fazer o tratamento desintoxicação. Ela aceitou! Assistente social informou a ela que organizasse as suas coisas

necessárias de uso pessoal, e das crianças que amanhã voltaremos para buscar todos vocês, hoje iremos mandar marmitas com o almoço e a jantar.

No dia seguinte 22 de março as 9 horas da manhã, Assistente Social ligou para a Enfermeira do CASP, e relatou o caso, logo em seguida a Enfermeira chegou no CREAS, então fomos toda a equipe até a sua residência novamente.

Chegamos na casa as crianças estavam felizes já esperado nós, neste momento a Assistente Social perguntou pelos documentos das crianças e os dela também, ela levantou um dos colchoes, pegou uma pasta com os documentos das crianças tudo certinho foi a única coisa que tinha organizada em baixo daquele teto, mais infelizmente os documentos dela não estavam lá. Assistente pergunta a Ela, e os seus, onde estão? Percebemos que esta pergunta deixou ela nervosa e com palavras atrapalhadas, respondeu que os dela estava em outra residência do mesmo bairro, pois tinha medo de serem roubados, Assistente Social perguntou se poderíamos ir buscar, nervosa disse que não pois tinha empenhorado os documentos e o cartão do bolsa família, porque precisou de dinheiro para comprar alimentos, e que só iria receber os documentos de volta quando a pessoa que estava com eles recebesse o dinheiro do bolsa família. Assistente social diz tudo bem, então levamos as crianças para o acolhimento e você para o hospital, assim foi feito, a enfermeira do CAPS, acompanhou Ela no primeiro atendimento do hospital deixando tudo organizado com a equipe de enfermagem, repassou a situação e pediu que assim que o médico desse alta a equipe o avisasse que o motorista do CAPS, iria buscá-la.

No outro dia, voltamos a residência de Maria para busca um cachorro que era das crianças, ao chegamos na casa, se aproximou uma senhora que mora ao lado da residência de Maria, e diz que o mais triste era ver a mãe das crianças receber a sexta básica e levar direto para a boca de fumo e troca em droga e deixas os filhos com fome e disse mais que até o cartão do bolsa familiar ela tinha empenhorado na boca de fumo. Assim a assistente ficou sabendo onde estava os documentos dela e o porquê tinha ficado nervosa quando perguntou se podíamos ir buscar.

Se passaram os três dias que Maria estava internada hospital, em um desses no horário de visita uma pessoa foi visitá-la e velou seus documentos assim disse ela, quando entregou para a assistente social os documentos. O médico deu alta hospitalar á Ela, e o motorista o levou para fazer o prontuário no CAPS, e começara a tomar medição para desintoxicação, então a assistente social alugou um apartamento simples e comprou um fogão, cama com colchão e uma sexta básica, Ela iria visitar uma vez por semana as crianças no CREAS. Tudo estava acontecendo da melhor maneira possível, as crianças estão tendo uma vida digna, com acesso à educação, saúde e moradia.

Mais atualmente Ela não apareceu mais no tratamento, não foi mais visitar os filhos e voltou para as drogas, infelizmente é muito triste, acredita-se que ela irá perder a guarda dos menores.

Caso 2º:

Dia 28/ 04/ 2023 acompanhei a assistente social da instituição de acolhimento a uma residência na vila do km 190, vicinal da cidade de Uruará- PA, onde mora o JOSE irmão de uma criança que está no acolhimento. Durante a viagem até a localidade a assistente social me relatou o caso da menor, disse-me que NAZARÉ, mãe da criança tem problemas mentais e que estava colocando a menor em risco, pois não deixava ninguém se aproximar, não alimentava, não tinha uma boa

higiene com a menor e ainda passava fezes no cabelo da criança assim como fazia com o dela também, então foi feita uma intervenção e o levaram para o acolhimento, após isso foi feita uma busca pelos familiares, e através de informações de terceiros surgiu uma informação, que a menor tinha um irmão que se chama JOSE, o mesmo casou recentemente e que mora na vila do km 190, onde estamos a caminho.

Ao chegarmos buscamos informações da residência e logo encontramos, fomos recebidos por uma moça que estava na porta, a assistente social nos apresentou, perguntou se ali residia JOSE e disse que precisava conversa com ele, mais a moça, respondeu dizendo que o esposo estava na roça de cacau e ainda não tinha voltado para almoçar, aguardemos ele chegar para assim tentar conversar sobre a situação que estava acontecendo.

Aguardemos alguns minutos, e ele chegou, já perguntando o que estava acontecendo, então a assistente social perguntou se ele era filha de dona NAZARÉ, respondeu ele que sim, perguntou se ele sabia que tinha uma irmã de apenas 06 anos, respondeu que sim, mais que a muito tempo não havia visto. A assistente social falou para ele que dona NAZARÉ não está em condições de cuidar da menor, perguntou se ele se interessava na guarda da menor, mais JOSE ficou sem palavras no momento e pensativo, a assistente social disse para ele pensar e conversar com sua esposa essa possibilidade da menor morar como eles. E marcou para eles ir até o CREAS para explica melhor as medidas a serem tomadas.

No dia e hora marcada pela assistente social JOSE estava lá no CREAS, juntamente com sua esposa, assistente social recebeu os mesmos e trouxe a menor para revê seu irmão, JOSE fico comovido ao vê-la, uma criança de 06 anos que aparentava ter 03 anos, debilitada muito fraca e desnutrida, a assistente relatou a ele que a menor está sendo acompanhada com médico pediatra para recuperar sua saúde, sendo atendida fora do município, por falta deste profissional em nossa cidade.

Então a assistente social perguntou a JOSE se ele tinha pensando em pedir aguarda da sua irmã; disse ele que sim, a assistente social perguntou se a esposa dele estava de acordo ela disse que sim; então foi organizado os documentos necessários para da entrada no pedido da guarda. A partir deste momento criou-se um vínculo familiar, JOSE sempre que vinha a cidade ia ver sua irmã, levando brinquedos, roupas novas para ela. Com o passar do tempo foi marcado a audiência e foi concedido a JOSE a guarda de sua irmã, mais por medida protetiva será realizado visita de acompanhamento durante alguns meses.

Com isso, acompanhei novamente a assistente social até a residência na vila do km 190, onde a assistente social foi observar o ambiente onde ia fica a menor, a casa e bem humilde mais limpa, um quarto foi preparado para recebe-la tudo organizado da melhor maneira possível, visto que, estava tudo certo para recebe-la, fomos até a escola da vila onde foi realizado a matrícula da menor, em seguida voltamos para cidade.

4.2. Análise e discussão.

Observa-se no 1º caso que, Maria se encontra em situação de extrema pobreza, possui uma condição precária de moradia, não trabalha, é usuária de drogas, e os menores se encontravam em situação de abandono e risco social, foram acolhidos pela instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.

Em relação aos motivos que levam crianças e adolescentes ao acolhimento institucional, pode-se afirmar que são as mais variadas situações. O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2003; Silva, 2004) realizado pelo IPEA junto às instituições cadastradas na Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estimou que em torno de 80.000 crianças e adolescentes estão vivendo em instituições de abrigo no Brasil. Este estudo também revela que, além da pobreza, a fragilidade, a ausência ou a perda do vínculo familiar, a insuficiência de políticas públicas de apoio à reestruturação familiar, o envolvimento dos pais/cuidadores com drogas e a violência doméstica, foram aspectos que dificultam o retorno à família (SILVA, 2004), mantendo os abrigados por mais tempo nas instituições.

Foi observado, em uma visita à Maria e suas crianças, que a mesma esta inquieta não está dando atenção devida para os menores, se comunica com voz em tom agressivo e logo vai embora deixando as crianças tristes. Percebe-se, que Maria voltou para as drogas, dificultando o retorno ao ambiente familiar.

O relato da Profissional Rosa explica esta situação: “É muito triste, ter que fazer um relatório ao juiz que Maria abandonou o tratamento e voltou para as drogas, e que nunca mais foi nas visitas semanais ver os filhos, tudo indica que Maria perdera a guarda dos filhos”. (Profissional Rosa).

A profissional relata a tristeza ao se reportar à situação observada. Constata que Maria desistiu do tratamento ofertado para recuperar e fortalecer os vínculos. Observou-se, igualmente que não aceita o acompanhamento da equipe multidisciplinar nem apoio socioassistencial, assim como, não demonstra interesse pelos filhos.

Já no 2º caso, mostra uma genitora que perdeu a guarda da criança, foi acusada de maus tratos, negligência e por não ter cuidados básicos com a infante. Motivos que levaram os profissionais a indicarem o acolhimento institucional.

Houve busca ativa de familiares da criança (irmão), o qual manifestou interesse em obter a guarda da menor, uma perspectiva de reintegração familiar. A assistente social do acolhimento, autorizou as visitas semanais, para que assim fortaleçam os vínculos familiares entre irmão e irmã. Foi observado durante as

visitas semanais, ainda que de forma lenta, os vínculos de afeto e carinho se reconstruíam. A cada visita trazia algo (presente) para sua irmã que expressava alegria. Sendo assim, foi feito um relatório de estudo social do irmão da menor, descrevendo sua situação social e econômica. Um pedido de guarda foi solicitado pela assistente social em prol do irmão da menor.

Dentro da sistemática jurídica, este tipo de acolhimento é feito por meio de um termo de guarda provisória, solicitado pelo serviço de acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada. A guarda uma vez deferida a favor da família indicada pelo serviço, terá sempre o caráter provisório e sua manutenção deve estar vinculada à permanência da família acolhedora no serviço. O termo de guarda deve ser expedido imediatamente à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento.

Por fim, o pedido do termo de guarda foi aceito por Juiz da infância e da Juventude, sendo acompanhado por equipe de acolhimento através de produção de relatório mensal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar a atuação do assistente social em práticas de acolhimento institucional a fim de estimular o fortalecimento dos vínculos familiares. Tomou-se por referência, a experiência de estágio, realizada por ocasião da finalização do curso de Serviço Social. Inspirando-se no registro etnográfico, foram analisados casos que foram objeto de acompanhamento durante o referido estágio. Assim, neste momento de finalização do trabalho indicam-se algumas ideias que emergiriam das análises.

A primeira delas diz respeito ao lugar ocupado pelo assistente social no acompanhamento e assistência às populações em situação de vulnerabilidade social. Tanto no primeiro caso como no segundo, os vínculos familiares apresentaram-se como desafio a ser trabalhado, impondo ao profissional da assistência a criação de estratégias de acompanhamento, incluindo busca ativa de

familiares e a indicação de processo de acolhimento dos indivíduos. Decisões que se apresentaram difíceis de serem tomadas, cobrando do profissional desde uma formação sólida até maturidade emocional. Por outro lado, a importância de tratar a problemática revelada durante o acompanhamento de modo integralizado ao contexto, tanto local como mais amplo da comunidade e espaço social pelo qual se movimentam estes atores.

Ainda que de modo inicial, se pôde observar que o trabalho permitiu estimular a criação de vínculos, principalmente como foi o Caso 2. Resta apostar que no trabalho do Assistente Social, as relações sociais e afetivas são inerentes ao trabalho e, portanto, cobram por um cuidadoso trabalho de restauração destes vínculos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elizete Pereira et al. Acolhimento institucional para crianças e adolescentes. **Humanidades em Perspectivas**, v. 6, n. 15, p. 64-73, 2022.
- Artigo 92 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Google Search.**
Disponível em:
<https://www.google.com/search?q=Artigo+92+da+Lei+n%C2%BA+8.069+de+13+de+Julho+de+1990&oq=Artigo+92+da+Lei+n%C2%BA+8.069+de+13+de+Julho+de+1990&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigAdIBCDYyMDFqMGo5qAIAAsAIB&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- BRASIL, MDS. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2009.
- CALEFFE, Luiz Gonzaga; MOREIRA, Herivelto. Metodologia da pesquisa para o YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 677-693, 2014.professor pesquisador. **ILJ**, v. 17, p. 1, 2006.

CORRÊA, Daniela; MAGALHÃES, Cláudio Márcio. INTERVENÇÃO SOCIAL: A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS LOCAIS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL Autores e infomación del artículo.

DA SILVA, Fernanda Dias. DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL A REINSERÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA FAMÍLIA DE ORIGEM.

DE FERNANDEZ, Ana Paula Oliveira Silva. QUESTÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara Amorim. Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado. **Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente**, v. 6, 2013.

Ebook: UNIVERSIDADE La Salle. **Processo de Trabalho em Serviço Social da Universidade**. 1. ed. Canoas, 2020

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, p. 290-310, 2013.

FAERMANN, Lindamar Alves. A processualidade da entrevista no Serviço Social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 13, n. 2, p. 315-324, 2014.

FONSECA, Patrícia Nunes da et al. Acolhimento institucional de crianças: avaliação da estrutura física, do funcionamento e da equipe de profissionais. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 10, n. 3, p. 48-62, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Cortez Editora, 2022.

LIBÓRIO, Renata. Resenha-Acolhendo crianças e adolescentes:: experiências de promoção do direito À Convivência Familiar e Comunitária no Brasil. Rizzini, Irene (Coord); Rizzini, Irma; Naiff, Luciene & Baptista, Rachel. **SER Social**, v. 14, n. 31, p. 513-520, 2012.

LOUREIRO, Solange. A questão social evidenciada no acolhimento institucional. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 13, p. 69-72, 2021.

MACHADO, Vanessa Rombola. A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Serviço Social em Revista**, v. 13, n. 2, p. 143-169, 2011.

TAVARES, Bruna Pires Mariano; BELINO, Brenda de Lima Lopes; GALLO, Kelly Olinda. Atuação do assistente social em instituições de serviço de acolhimento de criança e adolescente. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 13, p. 59-68, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 677-693, 2014.